

O desafio da inserção da agroecologia em programas basilares de segurança alimentar e nutricional

The challenge of using agro-ecology programs in basic food security

SANTOS, Andréia Perussolo¹; BEZERRA, Islandia²; ANJOS, Mônica de Caldas Rosa

1Professora Adjunta do Departamento de Nutrição/UFPR. E-mail: islandia@ufpr.br ; 2 Instituto Equipe de Educadores Populares. E-mail: perussolo44@gmail.com ; 3 Professora Assistente do Departamento de Nutrição/Universidade Federal do Paraná e Doutoranda do PGECT/UFSC. Email: monica.anjos@ufpr.br

Resumo

Desde a aprovação da Lei 11.947/2009 (que determina a aquisição mínima de 30% de produtos oriundos da Agricultura Familiar (AF), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) vem se configurando como uma importante estratégia capaz de disparar o desenvolvimento rural. Foi objetivo do estudo traçar um diagnóstico da implementação do PNAE, analisando a eficiência da aquisição de produtos da AF. Para tanto, foram aplicados questionários estruturados e consulta a dados secundários do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Com relação à implementação da nova diretriz do PNAE, 10 municípios realizaram o processo para aquisição de produtos. No entanto, ressalta-se que daqueles gestores municipais que adquiriram alimentos da AF, poucos se preocuparam se os alimentos traziam ou não o componente da agroecologia. Considerando o montante de recursos disponibilizados para a compra de produtos, de fato, o PNAE surge como uma ferramenta importante para alavancar a economia local e gerar qualidade de vida aos agricultores, contudo, é necessário que se invista também na produção de alimentos sustentável.

Palavras -Chave: Agroecologia, PNAE, Segurança Alimentar e Nutricional.

Abstract:

Since the adoption of the Law 11.947/2009 (which determines the minimum purchase 30% of products from Family Agriculture (FA), the National School Feeding Program (PNAE) is shaping up as an important strategy that can trigger the rural development. The study objective was to draw a diagnosis of PNAE implementation, analyzing the efficiency of purchasing products from AF. For this purpose, we used structured questionnaires and consultation with secondary data from the National Education Development (FNDE). With regard to the implementation of new policy of PNAE, 10 municipalities have acquired products. However, we emphasize that those managers who purchased food from local AF, few worried that the food brought or not the component of agroecology. Considering the amount of resources available to purchase products, in fact, PNAE emerges as an important tool to boost the local economy and generate quality of life for farmers, however, it is also necessary to invest in sustainable food production.

Key Words: Keywords: Agroecology, PNAE, Food Security.

Introdução

O Território Centro-Sul do Paraná está localizado no segundo planalto Paranaense, sendo composto pelos municípios de: Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbituva, Inácio Martins, Ipiranga, Irati, Ivaí, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares. Nestes Municípios, vivem 231.064 pessoas, sendo que em média 52 % residem no meio rural. De acordo com o diagnóstico produzido pelo Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná, 21% da população encontram-se abaixo da linha da pobreza, com um Índice de Desenvolvimento Humano médio de 0,723, ferramenta com a qual é possível quantificar a qualidade de vida da população.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) atende no TCS a clientela estudantil de mais de 56.000 estudantes, da educação básica ao ensino médio e, desde a aprovação da Lei 11.947/2009 (que determina a aquisição mínima de 30% de produtos oriundos da Agricultura Familiar (AF)), esta política vem se caracterizando como estratégia capaz de promover o desenvolvimento rural e, ainda, garantir a segurança alimentar e nutricional dos escolares, com vistas a concretizar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), cumprindo assim as diretrizes do programa. Entretanto, é preciso estabelecer uma relação direta do PNAE com a produção de alimentos que garanta sustentabilidade: ambiental, social, econômica, cultural e alimentar.

Considerando as inovações na forma de gestão do PNAE, temos a valorização da cultura alimentar e da produção local de alimentos, como um dos aspectos mais relevantes, no que diz respeito principalmente ao fortalecimento da AF, sendo estabelecido que a prioridade para a aquisição dos produtos alimentícios é para produtores locais (municipais), e posteriormente territoriais, do estado ou país. Assim, os cardápios que compõem a alimentação escolar, devem ser planejados respeitando os hábitos alimentares saudáveis e a cultura alimentar, além da produção local e a sazonalidade. É nesse contexto que o PNAE se apresenta como uma importante ferramenta para trazer à tona o debate da agroecologia, vez que, segundo a lei, deverá ter prioridade a compra de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos. No entanto, o debate da agroecologia ainda se apresenta incipiente quanto à aquisição pública de alimentos – ou mercado institucional – fato que pode comprometer a evolução desta prática.

Desta maneira, este estudo apresenta como objetivo traçar um diagnóstico da implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Território Centro Sul do Paraná, tendo como base os recursos e atividades do ano letivo de 2010, analisando a eficiência da aquisição de produtos da AF e o seu efeito como um agente capaz de alavancar o desenvolvimento rural e, ainda, verificar em que medida a agroecologia se faz presente nos produtos adquiridos para a alimentação escolar.

Metodologia

A metodologia utilizada consistiu na aplicação de questionários estruturados e coleta de dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com relação ao recurso federal para o PNAE referente ao ano letivo de 2010 para os municípios do TCS. Os resultados obtidos foram discutidos no “I Seminário Territorial de Alimentação Escolar: Desafios e Conquistas da Lei 11.947/2009”, que contou com a participação de mais de 300 pessoas do setor produtivo, assistência técnica, poder público local e estadual, professores e Conselheiros da Alimentação Escolar. No evento, a apresentação prévia do diagnóstico do PNAE, teve a intenção de levantar as demandas quanto ao cumprimento

do PNAE, e motivar ações de apoio frente às necessidades.

Resultados e discussão

Com relação à implementação da nova diretriz do PNAE, 08 municípios realizaram o processo de chamada pública para a compra de produtos da Agricultura familiar Local, com a realização do contrato e aquisição de produtos. Outros 02 somente deram início ao processo, sem adquirir produtos, e o restante não iniciou o processo.

A condução da aquisição de alimentos da AF para o PNAE deve ser um processo intersetorial, visto os diferentes atores envolvidos e interfaces necessárias para a realização satisfatória do processo. Considerando esta premissa, foi possível constatar que, tanto no levantamento de dados sobre a vocação agrícola local, como na condução técnica do processo de compra (chamada pública, análise de propostas, realização de cronogramas, entrega e recebimento de produtos, emissão de termos e notas fiscais) há uma centralização de responsabilidades e tomada de iniciativas para a Secretaria Municipal de Educação. 83% dos municípios realizaram o levantamento de dados sobre a produção local conforme recomendado pela legislação, tendo a Secretaria de Educação como principal responsável. Entidades como Emater, Secretaria Municipal de Agricultura, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, Sindicatos de Agricultura e Associações de Agricultores são citados como colaboradores. CMDRS e Associações de Agricultores são os menos citados, tendo participado desta integração previa em apenas 03 casos.

Com relação ao cumprimento da meta apresentada na lei, onde no mínimo 30% do recurso do FNDE deve ser destinado a compra de produtos da AF, apenas 01 município teve experiência satisfatória, enquanto 04 adquiriram entre 20 e 29 % e os demais adquirindo menos de 19% do seu recurso e em alguns casos, sem realizar a compra descumprindo a legislação.

Considerando o montante de recursos disponibilizado pelo FNDE, as mudanças na forma de gestão do PNAE surgem como uma ferramenta para impulsionar a diversificação produtiva e agregar renda às famílias. Porém, baseado no desempenho dos municípios, pode-se constatar que do recurso mínimo que deveria ter sido utilizado pelos gestores municipais e representado incentivo ao desenvolvimento territorial, dinamizando a economia e ofertando mais qualidade de vida aos produtores e beneficiários, apenas 1/3 deste recurso, o qual representa a parcela significativa de mais de 1,5 milhão de reais, cumpriu este papel. Ou seja, menos da metade dos 12 municípios aqui citados conseguiu investir o recurso do FNDE para comprar gêneros de produtores locais, o que representou investimento de menos de 10% do total do recurso.

Essa constatação implica na reprodução da agricultura familiar, assim como na garantia da segurança alimentar e nutricional, através do consumo de alimentos saudáveis e de qualidade, não apenas entre os escolares – público alvo do PNAE – mas, também entre aqueles(as) que produzem o alimento. Pode-se dizer que historicamente, a forma de condução do PNAE, bem como sua estruturação, vem contribuindo para a má formação dos hábitos alimentares, vez que a oferta da alimentação escolar baseia-se em refeições compostas de produtos formulados e altamente industrializados. Desse modo, a partir da lei 11.947 a percepção de uma alimentação adequada ganha outra conotação: a de que o alimento deverá ser produzido e reproduzido com base nos princípios da vida.

Neste diagnóstico, também se constatou que a execução do PNAE tende a ser exitosa em ambientes onde há interação e diálogo entre os agentes gestores do programa e representantes do segmento de agricultores(as). E, se no seu processo de implementação lhe for dado o enfoque da sustentabilidade – e aqui se tem a agroecologia - esta poderá se consolidar como uma estratégia salutar para conduzir um processo de desenvolvimento social, cultural e econômico em nível local e regional. A garantia da circulação da renda federal para o PNAE é uma grande oportunidade para o desenvolvimento e a inserção do setor agrícola no mercado institucional. No que se refere aos grupos de produtores agroecológicos, existe a oportunidade de fortalecer as experiências agroecológicas, dinamizando cada vez mais esta discussão, assumindo não só os espaços sociais, mas também a ancoragem da comercialização do produto agroecológico, com preço justo e garantia de venda.

A abertura deste novo meio de comercialização representa um importante passo para o reconhecimento do papel econômico e social da AF na produção de alimentos no Brasil. Contudo, há pela frente grandes desafios, devendo-se considerar em especial fatores como a necessidade de se divulgar amplamente a legislação e seu conteúdo base; mobilização e controle social; organização da produção para o atendimento à alimentação escolar de forma satisfatória no que diz respeito ao beneficiamento de produtos, que venham a facilitar a dinâmica das cozinhas escolares. E, principalmente, garantir a oferta de alimentos agroecológicos.

Bibliografia Citada

BEZERRA, I. A sustentabilidade da Segurança Alimentar e Nutricional a partir da Agroecologia. **Anais 8ª Jornada de Agroecologia**. Terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos – construindo o projeto popular e soberana para a agricultura. Francisco Beltrão/PR, 2009

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno Estatístico**. Curitiba/PR, julho de 2009. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>>.

FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Ministério da Educação. Coordenação Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Relatório do Grupo de Trabalho**: Aplicabilidade do teste de aceitabilidade nos alimentos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. Brasília, 14 de julho de 2009.

FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Ministério da Educação. Coordenação Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Resolução/ FNDE/CD/ n. 38**. Brasília, 2009.